



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
RELATÓRIO CONSOLIDADO

Ciclo de Diálogos Intersetoriais – 21 de Maio de 2026

1. APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Proteção e Defesa da Pessoa com Deficiência de Mauá realizou, no dia 21 de maio de 2026, mais uma etapa do Ciclo de Diálogos Intersetoriais da Rede de Inclusão da Pessoa com Deficiência, promovendo encontro voltado à integração entre Secretarias Municipais, representantes regionais, instituições do sistema de justiça e órgãos de garantia e defesa de direitos.

O encontro teve como objetivo fortalecer o diálogo intersetorial e promover espaço de compartilhamento das ações, serviços, experiências e estratégias desenvolvidas pelas diferentes pastas e instituições relacionadas à política pública da pessoa com deficiência, evidenciando a transversalidade da temática nas diversas áreas da administração pública.

O encontro possibilitou a identificação de desafios comuns, potencialidades institucionais e oportunidades de fortalecimento da atuação em rede, visando ampliar a integração entre os serviços públicos e consolidar estratégias coletivas voltadas à inclusão, acessibilidade e garantia de direitos.

2. OBJETIVO

Promover o diálogo intersetorial entre Secretarias Municipais, instituições regionais e órgãos de garantia e defesa de direitos, visando apresentar, compartilhar e fortalecer as ações, serviços e estratégias desenvolvidas pelas diferentes pastas relacionadas à promoção da inclusão, acessibilidade e garantia de direitos da pessoa com deficiência, incentivando a transversalidade das políticas públicas e a construção de fluxos integrados de atuação em rede.

3. IDENTIFICAÇÃO DO ENCONTRO

ENCONTRO – TARDE | 14h às 15h

Segmento participante:

Secretarias Municipais, representantes regionais, instituições do sistema de justiça, órgãos de garantia e defesa de direitos e serviços públicos da rede de proteção da pessoa com deficiência.

Participantes identificados:

Participantes identificados:

- Secretaria de Trabalho e Renda;



- Secretaria da Educação - Divisão de Educação Especial;
- Secretaria de Relações Institucionais;
- Secretaria de Habitação;
- Secretaria de Obras;
- Secretaria de Meio Ambiente;
- Secretaria de Esporte e Lazer;
- Secretaria da Saúde – Gabinete e CER II;
- Medicina do Trabalho;
- Controladoria Interna.
- Assessoria do Senado Federal;
- Secretaria da Pessoa com Deficiência – Município de São Paulo;
- Defensoria Pública – Unidade Mauá;
- Secretaria Família e Desenvolvimento Social (Rio Grande da Serra)
- Defensoria Pública – Unidade Mauá;
- OAB – Comissão da Pessoa com Deficiência;

4. METODOLOGIA

O encontro foi conduzido em formato de roda de conversa, iniciando com boas vinda e apresentação da proposta pela Secretária da Pasta Sra. Noeme F. Santos, em seguida foi apresentado ações desenvolvidas pela Secretaria de Proteção a Pessoa com Deficiência ao longo de 15 meses de criação.

Após foi aberto para a apresentação institucional das ações desenvolvidas pelas Secretarias Municipais, órgãos regionais, representante do Senado Federal e instituições de garantia e defesa de direitos relacionada à política pública de proteção a pessoa com deficiência do município.

A metodologia priorizou a apresentação das iniciativas, serviços, projetos, desafios e estratégias desenvolvidas pelas diferentes pastas e instituições participantes, evidenciando a transversalidade da temática da pessoa com deficiência nas diversas políticas públicas municipais e regionais.

O diálogo também possibilitou a identificação de potencialidades, desafios comuns e oportunidades de fortalecimento da atuação em rede, promovendo articulação entre os setores e construção coletiva de estratégias voltadas à inclusão, acessibilidade e garantia de direitos.

A metodologia contemplou:

- Apresentação das ações e serviços desenvolvidos pelas pastas participantes;
- Compartilhamento de experiências institucionais e boas práticas;
- Identificação de desafios intersetoriais relacionados ao atendimento da pessoa com deficiência;
- Fortalecimento da articulação entre políticas públicas e órgãos de garantia de direitos;
- Discussão sobre construção de fluxos integrados de atuação e encaminhamento;



5. SÍNTESE CONSOLIDADA DOS DIÁLOGOS

As apresentações realizadas pelas Secretarias Municipais, instituições regionais e órgãos de garantia de direitos evidenciaram a transversalidade da política da pessoa com deficiência nas diferentes áreas da administração pública e a importância da atuação integrada para fortalecimento da rede de proteção social.

Os participantes compartilharam ações, serviços, experiências e estratégias já desenvolvidas em suas respectivas áreas, destacando iniciativas relacionadas à inclusão escolar, acessibilidade, reabilitação, inclusão produtiva, atendimento especializado, garantia de direitos, esporte inclusivo, acompanhamento familiar e fortalecimento das ações preventivas e orientativas.

Durante o diálogo também foram identificados desafios comuns relacionados à comunicação intersetorial, integração dos fluxos de atendimento, necessidade de qualificação continuada das equipes, ampliação da acessibilidade e fortalecimento da articulação entre os diferentes órgãos e serviços públicos.

As discussões reforçaram a importância da corresponsabilidade institucional e da atuação integrada entre Secretarias Municipais, sistema de justiça, órgãos de garantia de direitos e instituições parceiras, reconhecendo que a efetivação das políticas públicas voltadas à pessoa com deficiência depende da construção permanente de estratégias colaborativas, fluxos articulados e ações intersetoriais contínuas.

6. APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES INTERSETORIAIS E TRANSVERSALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Secretaria de Esporte e Lazer

Secretaria de Esporte e Lazer

A Secretaria de Esporte e Lazer apresentou as ações desenvolvidas no âmbito da política municipal de esporte e lazer inclusivo, com destaque para as práticas pedagógicas adotadas nas atividades esportivas, recreativas e de convivência ofertadas à população.

Os atendimentos ocorrem de forma contínua e regular, contemplando participantes com faixa etária entre 5 e 98 anos. O processo de inscrição possibilita o registro prévio de informações relacionadas às deficiências e necessidades específicas dos participantes, contribuindo para o planejamento das equipes técnicas, adequações pedagógicas e organização dos atendimentos inclusivos.

Como estratégia de acolhimento e inclusão, é realizada avaliação experimental inicial nas modalidades ofertadas, permitindo a identificação das necessidades de adaptação e, quando necessário, o direcionamento dos participantes para atividades específicas ou inclusivas, conforme o perfil funcional apresentado.

Foi ressaltado que, apesar da disponibilização de mecanismos para identificação prévia das necessidades de atendimento especializado, parte das famílias ainda não registra essas informações no momento da inscrição, o que pode impactar o planejamento antecipado das equipes técnicas e dos profissionais responsáveis pelas atividades.



Ainda assim, os participantes são acolhidos e inseridos nas atividades regulares, assegurando acesso às práticas esportivas e de lazer ofertadas pelo município.

A Secretaria também destacou a realização de orientações e capacitações voltadas aos profissionais de educação física e equipes técnicas, com foco em inclusão, acessibilidade e adaptação pedagógica, possibilitando o desenvolvimento de estratégias adequadas às necessidades individuais dos participantes.

No âmbito do acompanhamento especializado, foi informado que, quando identificadas dificuldades relacionadas à interação, desenvolvimento ou necessidade de apoio específico, os participantes podem ser encaminhados para avaliação e acompanhamento profissional especializado. Atualmente, o município desenvolve atividades esportivas e físicas voltadas às pessoas com deficiência, incluindo práticas adaptadas e acompanhamento técnico especializado.

As reflexões apresentadas evidenciaram a necessidade de fortalecimento da divulgação institucional das ações esportivas inclusivas, considerando que a limitação das informações disponibilizadas à população pode dificultar o acesso aos programas e serviços existentes.

Também foi destacada a importância da ampliação da participação das pessoas com deficiência nas modalidades esportivas ofertadas pelo município, bem como do fortalecimento das estratégias de acessibilidade e inclusão nas atividades já existentes. Em relação às modalidades paraolímpicas, foi informado que sua implementação ainda demanda ampliação estrutural e técnica para viabilização adequada das atividades.

Entre os principais pontos identificados para fortalecimento da política pública destacaram-se:

- Ampliação das ações esportivas inclusivas;
- Fortalecimento da comunicação institucional e divulgação das atividades ofertadas à população;
- Ampliação da capacitação dos profissionais para atendimento especializado;
- Fortalecimento do atendimento às pessoas com deficiência nas atividades esportivas e de lazer;
- Desenvolvimento de atividades adaptadas experimentais;
- Ampliação das parcerias intersetoriais e com organizações da sociedade civil.

Também foi apresentado o programa “Movimento para Vida”, desenvolvido no Parque São Vicente, além das atividades esportivas realizadas na região central do município, voltadas especialmente a crianças e adultos com dificuldades de participação nas aulas regulares, assegurando atendimento adaptado e acompanhamento compatível com as necessidades específicas dos participantes.

Secretaria de Trabalho e Renda

A Secretaria de Trabalho e Renda apresentou as ações desenvolvidas no âmbito da inclusão produtiva e empregabilidade das pessoas com deficiência, com destaque para a adesão ao Programa de Inclusão Produtiva e Empregabilidade do Estado de São Paulo e para as iniciativas voltadas à ampliação da oferta de vagas destinadas às pessoas com deficiência no Feirão do Emprego.



As ações da pasta contemplam estratégias de articulação com empresas empregadoras, fortalecimento da inclusão no mercado de trabalho e promoção da autonomia e participação social das pessoas com deficiência, buscando ampliar o acesso às oportunidades formais de trabalho no município.

No campo da qualificação profissional, foram destacadas ofertas de cursos nas áreas de informática, inglesa e culinária, incluindo modalidades presenciais e remotas, com o objetivo de ampliar as possibilidades de capacitação profissional e inserção produtiva dos participantes.

As reflexões apresentadas evidenciaram a importância do fortalecimento das ações de sensibilização junto às empresas, especialmente no que se refere à promoção da acessibilidade, inclusão e adaptação dos ambientes laborais, visando assegurar condições adequadas de permanência, desenvolvimento profissional e inclusão laboral efetiva das pessoas com deficiência.

Também foi ressaltada a relevância do fortalecimento das parcerias entre poder público, setor empresarial e demais instituições, como estratégia para ampliação das oportunidades de empregabilidade, qualificação profissional e inclusão produtiva no município.

Secretaria da Saúde **Gabinete – CER II**

A Secretaria da Saúde apresentou as ações desenvolvidas no âmbito da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, com destaque para os atendimentos especializados e serviços de reabilitação ofertados pelo Centro Especializado em Reabilitação – CER II, bem como para a atuação multiprofissional voltada ao acompanhamento terapêutico e à promoção da qualidade de vida da população atendida.

Foi evidenciada a importância dos serviços de reabilitação física, intelectual e psicossocial desenvolvidos pelo equipamento, considerando seu papel estratégico na promoção da autonomia, inclusão social e fortalecimento do cuidado integral às pessoas com deficiência.

No âmbito dos desafios identificados, destacou-se o crescimento da demanda por avaliações especializadas e emissão de laudos neuropsicológicos, evidenciando a necessidade de ampliação e fortalecimento das equipes multidisciplinares habilitadas para atendimento especializado.

Também foram apontadas dificuldades relacionadas à insuficiência de profissionais em determinadas especialidades, especialmente neurologia, psiquiatria, neuropediatria, terapia ocupacional e fonoaudiologia, além das limitações de acesso a atendimentos especializados e exames complementares por parte das famílias usuárias da rede pública.

Em relação às estratégias de fortalecimento da rede, a Secretaria da Saúde informou a existência de processos seletivos em andamento para contratação de novos médicos, bem como a realização recente de concurso público destinado ao provimento de vagas e ampliação do quadro de profissionais da saúde, visando qualificar e ampliar a capacidade de atendimento à população.



As reflexões e contribuições apresentadas reforçaram a importância do fortalecimento da rede de apoio às famílias, da ampliação dos serviços especializados, da integração intersectorial entre saúde, educação, assistência social e demais políticas públicas, além da necessidade de avanço no processo de ampliação da habilitação do CER II para CER IV, com vistas à ampliação da capacidade assistencial e da oferta de serviços especializados no município.

Secretaria da Educação – Divisão de Educação Especial

A Secretaria da Educação, por meio da Divisão de Educação Especial, apresentou as ações desenvolvidas no âmbito da política municipal de educação inclusiva, voltadas à garantia do acesso, permanência, participação e aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial na rede municipal de ensino.

As estratégias desenvolvidas contemplam ações de planejamento, orientação pedagógica, acompanhamento das políticas de inclusão escolar e suporte técnico às unidades educacionais, profissionais da educação e famílias, visando ao fortalecimento das práticas inclusivas e à promoção da equidade no processo educacional.

No contexto do acompanhamento educacional, destacam-se as ações relacionadas às adaptações pedagógicas, monitoramento contínuo dos estudantes, articulação entre escola e rede de proteção, além do fortalecimento das estratégias de acessibilidade e inclusão no ambiente escolar.

Atualmente, a rede municipal de ensino conta com 674 estudantes com deficiência com laudo apresentado à rede, dentre os quais 4 estudantes com baixa visão acompanhados pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) e 3 estudantes surdos atendidos por instrutores de Libras.

As reflexões apresentadas evidenciaram a necessidade de ampliação do acesso aos atendimentos especializados, fortalecimento do suporte multidisciplinar às famílias e continuidade das ações de formação permanente dos profissionais da educação, visando qualificar ainda mais as práticas inclusivas desenvolvidas na rede municipal.

A política municipal de educação especial também conta com parcerias e convênios voltados ao fortalecimento da rede de atendimento especializado, incluindo:

- Convênio com a APRAESPI, contemplando 300 vagas, incluindo transporte;
- Convênio com a APAE, com oferta de 254 vagas destinadas ao atendimento de adultos;
- Convênio com a APASMA, com disponibilização de 60 vagas para cursos de Libras;
- Convênio com a Equoterapia Cidade dos Meninos, contemplando 100 vagas destinadas aos estudantes da rede municipal, incluindo transporte.

A Secretaria da Educação também dispõe de equipe especializada para atendimento à comunidade surda, contando com 2 intérpretes de Libras para atendimento às famílias surdas da rede municipal e 6 instrutores de Libras destinados ao acompanhamento dos estudantes surdos.

A rede municipal é composta por 48 unidades escolares, dentre as quais 4 unidades conveniadas, 1 unidade de Ensino Fundamental e 1 unidade de Educação de Jovens e



Adultos – Ensino Fundamental. Todas as unidades escolares são consideradas escolas polo para inclusão escolar, sendo que 18 delas possuem Salas de Recursos Multifuncionais destinadas ao Atendimento Educacional Especializado no contraturno escolar.

No âmbito da rede municipal, o Atendimento Educacional Especializado é desenvolvido por meio das modalidades de contraturno, itinerância e atuação colaborativa. O atendimento em contraturno ocorre em período diverso ao da sala comum, com foco nas necessidades pedagógicas específicas dos estudantes. A itinerância consiste no acompanhamento e orientação às equipes escolares para fortalecimento das práticas inclusivas, enquanto a atuação colaborativa ocorre de forma articulada entre o professor do AEE e o professor regente no contexto da sala comum, favorecendo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes.

Secretaria de Habitação, Obras e Mobilidade Urbana

As ações e reflexões apresentadas pela Secretaria de Habitação, Obras e Mobilidade Urbana abordaram temas relacionados à acessibilidade urbana, arquitetônica, mobilidade e habitação, reforçando a importância da inclusão da acessibilidade como diretriz estruturante das políticas públicas de infraestrutura, planejamento urbano e desenvolvimento habitacional do município.

No âmbito da política habitacional, foi informado que os empreendimentos habitacionais observam as normativas vigentes relacionadas à reserva de unidades acessíveis, incluindo a destinação prioritária de unidades térreas às pessoas com deficiência, visando garantir melhores condições de acessibilidade e inclusão habitacional. Foi destacado, entretanto, que o município ainda não dispõe de programa habitacional específico destinado exclusivamente às pessoas com deficiência.

Em relação à mobilidade urbana e acessibilidade nos espaços públicos, foram destacadas ações relacionadas à **implantação, adequação e manutenção de dispositivos** de acessibilidade, incluindo semáforos sonoros destinados às pessoas com deficiência visual, reconhecidos como instrumentos fundamentais para promoção da autonomia, segurança e acessibilidade nos deslocamentos urbanos.

Também foi evidenciada a necessidade de ampliação das informações e orientações disponibilizadas à população acerca do acesso ao cartão de estacionamento destinado às pessoas com deficiência, especialmente quanto aos critérios, fluxos administrativos e procedimentos necessários para solicitação do benefício, visando ampliar o acesso aos direitos legalmente assegurados.

As reflexões apresentadas reforçaram a importância do fortalecimento das políticas habitacionais inclusivas, da ampliação das ações de acessibilidade nos espaços públicos e da incorporação dos princípios de acessibilidade universal nos futuros projetos urbanísticos, obras públicas, empreendimentos habitacionais e intervenções de mobilidade urbana desenvolvidas pelo município.

Destacou-se ainda a relevância da atuação integrada entre as áreas de habitação, mobilidade, obras, planejamento urbano e demais políticas públicas, como estratégia para fortalecimento de ações intersetoriais voltadas à construção de uma cidade mais acessível, inclusiva e alinhada às necessidades das pessoas com deficiência.



Sistema de Justiça e Garantia de Direitos **OAB e Defensoria Pública**

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Defensoria Pública apresentaram considerações relacionadas à crescente demanda por orientação jurídica, acompanhamento institucional e garantia de direitos das pessoas com deficiência, especialmente em questões vinculadas às áreas da saúde, educação, benefícios sociais, acessibilidade e inclusão social.

Foi evidenciado que parte significativa das demandas recebidas decorre de dificuldades de acesso a serviços públicos, atendimentos especializados, inclusão escolar, tratamentos de saúde, medicamentos, transporte e demais direitos legalmente assegurados, reforçando a necessidade de ampliação das estratégias de informação e orientação à população acerca dos direitos da pessoa com deficiência e dos fluxos adequados de acesso às políticas públicas.

As análises apresentadas destacaram que o acesso à informação qualificada, aliado à organização dos fluxos institucionais e ao fortalecimento do acolhimento nos serviços públicos, pode contribuir para redução de demandas de judicialização em situações passíveis de resolução administrativa.

Também foram abordados aspectos relacionados à inclusão produtiva e acesso ao mercado de trabalho, sendo identificada a necessidade de ampliação das estratégias de empregabilidade voltadas às pessoas com deficiência, considerando a diversidade dos perfis funcionais, níveis de suporte e necessidades de acessibilidade existentes.

Foi ressaltada a importância da ampliação do entendimento institucional e social acerca dos direitos da pessoa com deficiência, especialmente em temas relacionados à acessibilidade, adaptações razoáveis, inclusão laboral, permanência no ambiente de trabalho e igualdade de oportunidades.

As reflexões apresentadas reforçaram a importância do fortalecimento das ações preventivas, educativas e orientativas voltadas à garantia de direitos, bem como da consolidação de estratégias intersetoriais capazes de ampliar o acesso à informação, fortalecer a inclusão social e qualificar a efetivação das políticas públicas destinadas à pessoa com deficiência.

A Defensoria Pública destacou sua atuação no âmbito da orientação jurídica gratuita, proteção social e promoção do acesso à justiça às pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo pessoas com deficiência e suas famílias.

Foram evidenciadas ações relacionadas à orientação jurídica, mediação de conflitos, defesa judicial e extrajudicial, além da articulação contínua com equipamentos da rede de proteção social, incluindo CRAS, CREAS, UBSs, OAB, Secretarias Municipais e demais instituições parceiras.

Também foi destacada a parceria desenvolvida com a Secretaria da Mulher do município, reconhecida como importante estratégia de articulação intersetorial para acolhimento, orientação e acompanhamento de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Nesse contexto, foi identificada a necessidade de fortalecimento das ações voltadas às



especificidades vivenciadas pelas mulheres com deficiência, especialmente em relação à violência, acessibilidade, autonomia, proteção social e acesso à informação.

As contribuições apresentadas evidenciaram ainda a importância da ampliação das estratégias de mapeamento e identificação das demandas da pessoa com deficiência de forma integrada e territorializada, possibilitando maior compreensão das vulnerabilidades existentes e subsidiando a qualificação das políticas públicas e serviços ofertados.

Foi reforçada a necessidade de fortalecimento dos fluxos de encaminhamento entre órgãos públicos, instituições parceiras e serviços territoriais, visando maior integração, agilidade, efetividade e humanização no atendimento à população.

Entre os desafios identificados, destacaram-se a necessidade de ampliação da cobertura territorial dos serviços, fortalecimento da acessibilidade nos atendimentos, expansão das ações preventivas e orientativas e ampliação da divulgação à população sobre direitos, serviços disponíveis e canais institucionais de acesso à justiça e proteção social.

Também foi registrada a relevância das tratativas interinstitucionais voltadas à ampliação da cobertura territorial da Defensoria Pública da União (DPU) para os municípios de Mauá e Ribeirão Pires. A iniciativa foi reconhecida como estratégica para o fortalecimento do acesso à justiça, especialmente em demandas de competência federal que impactam diretamente pessoas com deficiência e suas famílias, complementando a atuação já desenvolvida pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

As análises consolidadas reafirmaram a importância da atuação integrada entre sistema de justiça, políticas públicas e rede de proteção social, reconhecendo que a efetivação dos direitos da pessoa com deficiência depende do fortalecimento da articulação intersectorial, da qualificação dos fluxos institucionais e da ampliação do acesso à informação e aos serviços públicos.

Articulação Intersetorial e Gestão Pública

As reflexões desenvolvidas ao longo dos encontros evidenciaram a importância do fortalecimento da articulação entre Secretarias Municipais, serviços públicos, municípios da região e órgãos de garantia de direitos, visando consolidar estratégias integradas de atendimento e ampliar a efetividade das políticas públicas voltadas à pessoa com deficiência.

Foi destacada a relevância da comunicação institucional como instrumento estratégico para ampliação do acesso da população às informações relacionadas aos serviços, programas, ações e direitos destinados às pessoas com deficiência, contribuindo para maior participação social, fortalecimento da autonomia e ampliação do acesso às políticas públicas existentes no município.

As análises também apontaram a necessidade de aprimoramento dos fluxos integrados de atendimento, qualificação permanente das equipes e desenvolvimento contínuo de estratégias de planejamento intersetorial, favorecendo maior alinhamento institucional entre os serviços e fortalecimento das ações já desenvolvidas pelas diferentes áreas da administração pública.



As contribuições sistematizadas reforçaram a importância da manutenção de espaços permanentes de articulação, cooperação institucional e compartilhamento de experiências entre os diversos setores envolvidos na rede de proteção da pessoa com deficiência, fortalecendo parcerias estratégicas e contribuindo para construção de políticas públicas mais acessíveis, integradas e humanizadas.

7. Fragilidade e Desafios Recorrentes identificados

- Fragilidade na articulação intersetorial entre serviços, políticas públicas e instituições;
- Dificuldades de comunicação e alinhamento entre órgãos, equipamentos e serviços da rede;
- Necessidade de definição de referências técnicas (pontos focais) nas Secretarias Municipais e equipamentos públicos para fortalecimento da transversalidade das políticas voltadas à pessoa com deficiência;
- Ausência de fluxos integrados e padronizados de atendimento e encaminhamento;
- Necessidade de ampliação das estratégias de atuação conjunta entre os diferentes setores;
- Limitações na integração entre políticas públicas e serviços territorializados;
- Insuficiência de profissionais especializados em determinadas áreas da rede;
- Dificuldades de acesso da população aos atendimentos especializados;
- Necessidade de fortalecimento das ações preventivas, educativas e orientativas;
- Necessidade de ampliação do acompanhamento familiar e territorial;
- Crescente demanda por avaliações e laudos especializados.

8. Potencialidades e oportunidades identificadas

- Fortalecimento da articulação intersetorial entre Secretarias Municipais, instituições e órgãos de garantia de direitos;
- Ampliação das parcerias institucionais e regionais;
- Compartilhamento de experiências, práticas exitosas e estratégias de atuação entre os setores;
- Desenvolvimento de ações integradas voltadas à inclusão, acessibilidade e garantia de direitos;
- Consolidação de espaços permanentes de diálogo institucional e cooperação intersetorial;
- Fortalecimento das estratégias preventivas, educativas e orientativas;
- Ampliação da atuação em rede entre órgãos públicos, instituições parceiras e serviços territoriais;
- Expansão das políticas de inclusão produtiva, acessibilidade e participação social.

9. Propostas apresentadas pelos participantes

- Realização periódica de encontros intersetoriais;
- Fortalecimento da comunicação entre serviços, órgãos públicos e instituições parceiras;
- Estruturação de fluxos integrados de atendimento e encaminhamento;
- Definição de referências técnicas (pontos focais) em cada Secretaria Municipal e equipamento público;



- Ampliação das ações preventivas, educativas e orientativas voltadas à pessoa com deficiência;
- Fortalecimento da articulação regional entre municípios e instituições;
- Ampliação das capacitações técnicas destinadas aos profissionais da rede;
- Desenvolvimento de estratégias integradas de acompanhamento e proteção social;
- Ampliação das ações de inclusão produtiva e empregabilidade;
- Fortalecimento da atuação articulada entre políticas públicas e órgãos de garantia de direitos.

10. Encaminhamentos Institucionais Sugeridos

- Continuidade da realização de encontros intersetoriais voltados a implementação e fortalecimento da rede de proteção da pessoa com deficiência;
- Estruturação de agenda permanente de articulação institucional entre Secretarias Municipais, órgãos de garantia de direitos e instituições parceiras;
- Sistematização das contribuições, experiências e propostas apresentadas ao longo dos encontros;
- Fortalecimento do diálogo e da cooperação institucional com municípios da região;
- Ampliação da integração entre políticas públicas, serviços públicos e órgãos de garantia de direitos;
- Incentivo à construção de estratégias integradas de atendimento, acompanhamento e proteção social da pessoa com deficiência;
- Fortalecimento da transversalidade das políticas públicas voltadas à pessoa com deficiência nas diferentes áreas da administração pública;
- Incentivo à atuação colaborativa entre Secretarias Municipais, serviços públicos e instituições participantes;
- Continuidade das ações voltadas ao aprimoramento dos fluxos intersetoriais e qualificação dos serviços relacionados à pessoa com deficiência;
- Estímulo ao compartilhamento de informações, práticas exitosas e experiências institucionais entre os diferentes setores envolvidos na rede de proteção;
- Ampliação das estratégias de informação e orientação à população acerca dos direitos, serviços e políticas públicas disponíveis no município.

11. Análise Técnica Consolidada

O processo de articulação intersetorial realizado evidenciou a relevância da transversalidade das políticas públicas voltadas à pessoa com deficiência e da atuação integrada entre Secretarias Municipais, órgãos regionais, instituições do sistema de justiça e serviços da rede de proteção social.

As análises institucionais apresentadas demonstraram que diferentes áreas da administração pública já desenvolvem iniciativas relacionadas à inclusão, acessibilidade, atendimento especializado, inclusão produtiva, educação inclusiva, reabilitação, orientação jurídica e participação social, reafirmando o caráter intersetorial da política pública da pessoa com deficiência.

Também foram identificados desafios relacionados à integração dos fluxos de atendimento, alinhamento institucional, qualificação continuada das equipes, fortalecimento da acessibilidade e ampliação do acesso da população aos serviços especializados.



As reflexões sistematizadas reforçaram a importância do fortalecimento das estratégias de atuação em rede, da consolidação de fluxos integrados de encaminhamento e da manutenção de espaços permanentes de cooperação, planejamento e compartilhamento institucional entre os diversos setores envolvidos.

O processo destacou ainda a necessidade de consolidação de mecanismos permanentes de articulação intersetorial capaz de promover maior integração entre políticas públicas, qualificação dos serviços ofertados e fortalecimento da garantia de direitos da pessoa com deficiência no município.

Como perspectiva de continuidade, evidenciou-se a importância da manutenção das agendas integradas de articulação institucional, do fortalecimento da comunicação entre os órgãos públicos e da ampliação das ações integradas voltadas à inclusão, acessibilidade e proteção social da pessoa com deficiência.

12. Considerações Finais

O processo de articulação intersetorial realizado evidenciou a relevância da integração entre políticas públicas, órgãos de garantia de direitos e serviços da rede de proteção social para o fortalecimento das ações voltadas à pessoa com deficiência no município.

As contribuições apresentadas pelas diferentes áreas da administração pública e instituições participantes permitiram identificar avanços institucionais já existentes, bem como desafios relacionados à ampliação do acesso aos serviços, qualificação dos fluxos de atendimento, fortalecimento da acessibilidade e consolidação de estratégias integradas de atuação.

A análise das demandas, experiências e práticas compartilhadas reafirma o caráter transversal da política da pessoa com deficiência, exigindo atuação coordenada entre os diversos setores envolvidos na promoção da inclusão, acessibilidade, proteção social e garantia de direitos.

Também foram evidenciadas potencialidades relacionadas ao fortalecimento da atuação em rede, à ampliação das parcerias institucionais, à qualificação permanente das equipes e ao desenvolvimento de mecanismos contínuos de diálogo e cooperação intersetorial.

Nesse contexto, destaca-se a importância da continuidade das agendas integradas de articulação institucional, do aprimoramento dos fluxos entre serviços e da ampliação das estratégias de informação, acolhimento e acompanhamento da população com deficiência e suas famílias.

O conjunto das reflexões e contribuições sistematizadas ao longo dos encontros constitui importante subsídio para o aprimoramento das políticas públicas municipais, fortalecendo perspectivas de planejamento integrado, qualificação dos serviços e consolidação de uma cidade mais acessível, inclusiva e comprometida com a promoção dos direitos da pessoa com deficiência.



Participantes Institucionais:

Secretaria de Proteção e Defesa da Pessoa com Deficiência

- Noeme Ferreira dos Santos - Secretária
- Dayuri Prioelan – Gerente
- Cíntia dos Santos Afonso – Diretor de Divisão
- Fabiana Lima de Almeida – Diretor de Divisão
- Suellen da Silva Pires – Assistente de Políticas Públicas
- Mylena Andrade Cordeiro – Assistente de Políticas Públicas
- Rodrigo Zeneri – Assessor de Gabinete
- Zenaide Maria Soares – Diretor de Divisão
- Thomas Barbosa Tavares – Agente Administrativo I
- Antonella Vitória Pinheiro da Silva – Assistente Administrativo

Secretaria da Saúde

- Camila Ponciano - Gabinete
- Claudinei Sabino - Gerente CER II

Secretaria da Educação – Divisão de Educação Especial

- Daniela Germano de Oliveira Silva
- Solange de Freitas B. Lima

Secretaria de Trabalho e Renda

Luiz Lisboa

Secretaria de Esporte e Lazer

- Ivonete M Macedo - Coordenadora

Secretaria de Habitação

- Vanessa Bastos Santos
- Débora Barreto

Secretaria de Obras

- Manoel Erinarto de Lima
- Alexandre da Silva Alves

Secretaria de Mobilidade Urbana

- Everton Bispo

Controladoria Interna Mauá

- Vanessa Nogueira
- Ana Maria Macedo Sepedro de Aquino
- Cristiane Herba Reis

Secretaria de Relações Institucionais

- Rosângela Nascimento
- Carliene Mata



Secretaria de Meio Ambiente

- Cilene Cristina Alencar dos Santos

Medicina do Trabalho

- Rosilene Camargos C.Costa

OAB – Comissão da Pessoa com Deficiência

- Dra Vivian Brito
- Dr. Fábio

Defensoria Pública do Estado de São Paulo – Unidade Mauá

- Aristeu Bertelli – Agente de Defensoria

Secretaria da Família e Desenvolvimento Social de Rio Grande da Serra

- Secretária Kátia Neris

Senado federal – Gabinete Senadora Mara Gabrilli

- Ozana Francisco

Secretaria da Pessoa com Deficiência – Município de São Paulo

- Luciana Dell Antonio Scarassati
(representando a Secretária Sra. Silvia Regina Grecco)

“Construindo políticas públicas a partir da escuta e da articulação em rede.”